

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.821.297 - SC (2019/0174224-2)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECORRENTE** : TAPAJOS TEXTIL LTDA  
**ADVOGADOS** : RAQUEL WOLLERT - SC017234  
DEAN JAISON ECCHER - PR056562  
**RECORRIDO** : SUDAMERICANA DE FIBRAS BRASIL S/A  
**ADVOGADOS** : HERIBELTON ALVES - SP109308  
EDSON JOSÉ CAALBOR ALVES - SP086705

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO.

1. Cuida-se, na origem, de embargos à execução.
2. Não se caracteriza o vício de omissão do julgado se o Tribunal de origem não foi instado a se manifestar, oportunamente, isto é, nas razões recursais ou contrarrazões, acerca do argumento ou questão alegadamente omissa.
3. Não obstante a oposição de embargos de declaração na origem, é inviável o conhecimento do recurso especial se não houve decisão acerca dos argumentos invocados pelo recorrente, bem como dos dispositivos legais indicados como violados.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

## **DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por TAPAJOS TEXTIL LTDA, com fundamento, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Recurso especial interposto em:** 01/04/2019.

**Concluso ao gabinete em:** 03/07/2019.

**Ação:** embargos à execução, opostos pela recorrente contra a execução de letra de câmbio promovida por SUDAMERICANA DE FIBRAS BRASIL S/A.

**Sentença:** acolheu em parte os embargos, para reconhecer excesso de execução derivado da conversão de valor em moeda estrangeira (dólares americanos) para a moeda nacional na data da apresentação do título para protesto,

# *Superior Tribunal de Justiça*

e não na data de vencimento do título (03/10/2013).

**Acórdão:** conheceu em parte da apelação interposta pela recorrente e, na parte conhecida, negou-lhe provimento, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 215/216):

"APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA.

RECURSO DA EMBARGANTE.

PRETENDIDA CONDENAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE À REPETIÇÃO EM DOBRO, POR DEMANDAR POR DÍVIDA JÁ PAGA, NO TODO OU EM PARTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 940 (1ª HIPÓTESE) DO CÓDIGO CIVIL. TESE PREJUDICADA. SENTENÇA QUE, APRECIANDO A CAUSA DE PEDIR DEDUZIDA NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO, RESTRITA À DEMANDA EM QUE SE PEDE MAIS DO QUE FOR DEVIDO (2ª HIPÓTESE DO ARTIGO 940 DO CÓDIGO CIVIL), AFASTOU A SANÇÃO. EVIDENTE FALTA DE CONGRUÊNCIA ENTRE AS RAZÕES DO RECURSO E A MATÉRIA DECIDIDA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. IRREGULARIDADE FORMAL CARACTERIZADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO NESTE PONTO.

ATRIBUIÇÃO, À EXEQUENTE/EMBARGADA, DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. TODAVIA, NÃO DEMONSTRAÇÃO DA PRESENÇA DE QUALQUER DAS HIPÓTESES DO ARTIGO 80 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ADEMAIS, PARTE DEVEDORA QUE RECONHECE A DÍVIDA E A INADIMPLÊNCIA. MERO AJUIZAMENTO DE AÇÃO EXECUTIVA PARA RECEBIMENTO DE TÍTULO DE CRÉDITO VENCIDO E NÃO PAGO, AINDA QUE POR VALOR A MAIOR, NÃO AUTORIZA A CONDENAÇÃO DA PARTE CREDORA EM LITIGÂNCIA DE MÁ -FE. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DE COBRANÇA. EVENTUAL EXCESSO DE EXECUÇÃO QUE É PASSÍVEL DE DEFESA.

CONSECTÁRIOS LEGAIS. TERMO "A QUO". COBRANÇA FUNDADA EM OBRIGAÇÃO REPRESENTADA POR LETRA DE CâMBIO COM VALOR EXPRESSO EM MOEDA ESTRANGEIRA. DÍVIDA POSITIVA, LÍQUIDA E CERTA, CONVERTIDA PARA MOEDA NACIONAL NA DATA DO VENCIMENTO. MORA "EX RE". JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTES A CONTAR DA DATA DO VENCIMENTO DA CÂRTULA. PRECEDENTES DESTA CORTE.

HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS. INSUCESSO DO RECURSO QUE IMPÕE COTA ADICIONAL À VERBA HONORÁRIA ADVOCATÍCIA A QUE CONDENADA NA ORIGEM A ORA RECORRENTE. INTELIGÊNCIA DO ART. 85, §

# *Superior Tribunal de Justiça*

11, DO CPC/2015.

RECURSO CONHECIDO PARCIALMENTE E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO".

**Embargos de declaração:** opostos pela recorrente, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 940 do CC/02, 80, I, 932, II, e 1.022 do CPC/15. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que: (i) as razões da apelação combateram com a necessária dialeticidade as razões de decidir da sentença do 1º grau; (ii) a recorrida, no tocante à conversão do valor em moeda estrangeira, atuou contra texto expresso de lei, o que caracteriza sua litigância de má-fé; (iii) a cobrança excessiva de valores enseja a aplicação da pena de restituição em dobro.

## **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

### **- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015**

A recorrente alega que o acórdão recorrido é omissos, porque, no tocante à litigância de má-fé, não se manifestou acerca da dedução de pretensão contra texto expresso de Lei (art. 80, I, do CPC/15).

Consoante a jurisprudência desta Corte, se tem por caracterizado o vício de omissão do julgado quando, cumulativamente: a) o argumento ou questão tenha sido expressamente levantado nas razões recursais ou contrarrazões; b) o órgão julgador não tenha se manifestado sobre o ponto; c) tenham sido opostos embargos de declaração com indicação expressa do tema e; d) o argumento ou questão seja relevante para o julgamento da controvérsia, isto é, seja apto, em tese, de infirmar a conclusão adotada no decisório, ainda que parcialmente. Nesse sentido: REsp 1.574.008/SE, 3ª Turma, DJe 15/03/2019; REsp 1.432.879/MS, 3ª Turma, DJe 19/10/2018; AgRg no AREsp 524.535/RJ, 3ª Turma, DJe 26/03/2015; AgInt no REsp 1.498.690/RS, 4ª Turma, DJe 20/03/2017; AgInt no AREsp

1.294.687/SP, 4ª Turma, DJe 18/09/2018.

Na hipótese dos autos, contudo, verifica-se que está ausente o requisito constante na alínea "a" acima explicitada, haja vista que a recorrente, quando da interposição do recurso de apelação, não provocou o Tribunal de origem a se manifestar sobre a ocorrência de litigância de má-fé decorrente da dedução de pretensão contra texto expresso de Lei, de que trata o art. 80, I, do CPC/15.

Assim, observado o entendimento desta Corte, não há que se falar em omissão do acórdão recorrido, tampouco em violação do art. 1.022 do CPC/15 pela rejeição dos embargos de declaração.

**- Da ausência de prequestionamento**

Em que pese a oposição de embargos de declaração, o Tribunal de origem não decidiu acerca dos argumentos invocados pela recorrente quanto aos arts. 80, I, e 932, III, do CPC/15, e, além disso, uma vez conhecida a apelação apenas parcialmente, não se manifestou quanto à aplicação da sanção prevista no art. 940 do CC/02.

Por isso, o julgamento do recurso especial no mérito é inadmissível, ante a incidência da Súmula 211/STJ.

Por oportuno, convém salientar que (i) a recorrente, na apelação, não provocou o TJ/SC a se manifestar sobre o art. 80, I, do CPC/15 e, (ii) os arts. 932, III, do CPC/15 e 940 do CC/02 não foram suscitados nas razões dos embargos de declaração, circunstâncias que impedem, de plano, eventual reconhecimento do prequestionamento ficto na espécie (art. 1.025 do CPC/15).

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e IV, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste

# *Superior Tribunal de Justiça*

recurso, majoro os honorários fixados anteriormente no montante equivalente a 50% de R\$ 2.000,00 (e-STJ fl. 229) para 80% desse valor.

Por derradeiro, previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora

